

- XXXVI -

O TRABALHO COM PROJETOS NA SALA DE AULA À LUZ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Sandra Regina Trindade de Freitas Silva

Universidade Católica de Santos
sandrafreitas@santos.sp.gov.br

Enéas Machado

Universidade Católica de Santos
eneasmachado@unisantos.br

Ubirajara da Silva Caetano

Universidade Católica de Santos
quest2742@gmail.com

Este estudo tem por mote refletir sobre a gestão democrática no âmbito da escola e os princípios norteadores estabelecidos pela legislação vigente. Nesta esteira, corrobora a implementação de projetos em sala de aula, na perspectiva de renovar a prática pedagógica estabelecendo leituras-releituras-interpretações-reinterpretações para o trabalho didático à guisa de um currículo integrador. Parte-se do pressuposto de que o trabalho com projetos pode ressignificar o ensinar como ação democrática na autonomia docente e discente. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que parte da análise documental de 230 projetos da Secretaria de Educação de Santos/SP e de entrevistas semiestruturadas com 20 professores no ano de 2017. Os resultados indicam o aporte que os projetos dão vinculando a proposta à ação democrática na escola rumo à emancipação dos sujeitos e à profissionalização docente. Ademais, promove a dialogicidade, conferindo vez e voz aos discentes, pela aprendizagem participativa, dinâmica, significativa e humanizada e aos professores possibilidades de tecer práticas pedagógicas inovadoras e interessantes. A gestão democrática é fruto das lutas históricas dos educadores. Gravita os marcos legais da educação no Brasil, tratada na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 206, inciso VI: “gestão democrática do ensino público como um dos princípios sob os quais o ensino brasileiro deve ser ministrado. Em consonância com o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Portanto, este estudo aporta-se em concepções teóricas, referenciadas por:

Abdalla (2010); Hernández (2000); Libâneo (1996) e Freire (2011), que dialogam com os preceitos legais para sustentar que a escola é o “lócus” do ensino, mas também de relação democrática participativa, onde a gestão, professores, pais e alunos decidem juntos o rumo da escola, por meio do Projeto Político-Pedagógico “o norte das ações pedagógicas” e dos projetos realizados pelos professores no interior da sala de aula, criando com isso, “sua própria identidade” (ABDALLA,2010). Construir um ambiente democrático não é uma tarefa fácil e, por esta razão, “uma gestão participativa também é a gestão de participação” (LIBÂNEO, 1996, p. 2000) , é formar cidadãos ativos, na maioria das escolas públicas, com espaços que promovam diálogo para participação e reflexão crítica, desenvolvendo nos alunos capacidades críticas, de resolver problemas, de ser protagonista de seu conhecimento e conferir vez e voz dos alunos em sala de aula (FREIRE, 2011). Assim, a aula torna-se mais prazerosa e democrática. Nesta concepção, ver os jovens como cidadãos que podem contribuir para o fortalecimento da democracia na medida que melhoram suas capacidades a partir dos conteúdos escolares, que aproximam de seus interesses, são aspectos centrais que afirmam a inserção destes alunos na vida democrática com mais diálogo, análise crítica da informação, tomada de decisões coletivas, inclusão, respeito ao outro e a busca do bem comum, esse exercício começa na escola e é defendido por Freire (2011), tornando o professor um gestor democrático. Alguns autores como Hernández (2000), realizam estudos acerca do trabalho com projetos, discutem essa visão educativa com propostas que aproximam o conteúdo dos alunos, tornando-os protagonistas de seus saberes. Neste sentido, o trabalho proposto por projetos desenvolvidos pelos professores seria um passo para se estabelecer esta ação democratizada na sala de aula, a medida que os alunos adquirem experiências de participação no coletivo e com isso melhoram suas habilidades para tomar decisões, convivendo com a autoria de suas ações (HERNÁNDEZ, 2000), nos processos estabelecidos em aula. A metodologia, de abordagem qualitativa, em um primeiro momento, utiliza-se de um estudo documental, que analisa os projetos, desenvolvidos por professores, vencedores em um certame, intitulado Prêmio Educador Santista (de 2009 a 2017) e reflete sobre a ação docente e sua valorização (GIL, 2008). Realizou-se um estudo preliminar, de 230 projetos inscritos e estes foram compilados em uma planilha, constando: Nome do Projeto, Níveis de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), Educação de Jovens e Adultos – Ciclo I e Ciclo II; Público Alvo. Em um segundo momento foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com 20 professores, que tiveram seus projetos selecionados em 2017 e transcritas sob o conceito teórico de Bardin (2009). O intuito era de verificar: os motivos de se trabalhar com projetos;

as dificuldades docentes frente a essa metodologia; as questões do professor com a pesquisa; se houve participação em formações específicas com apoio na execução de projetos. Quanto às entrevistas semiestruturadas, **“quanto aos motivos de se trabalhar com projetos”**, observa-se pelas similitudes das respostas, o fato deste trabalho aproximar o aluno do conteúdo, pelo protagonismo e autonomia que desenvolve no aluno, justifica-se a linha de interesse neste trabalho, destacando-se até a emancipação de ações educativas destes jovens. **“Quanto às dificuldades em trabalhar com projetos”**, as respostas mais recorrentes foram a dificuldade de conseguir sintetizar (relatar) o projeto e organizá-lo com o material comprobatório. Do questionamento: **“Seu projeto faz parte do Projeto Político-Pedagógico/PPP de sua escola?”** não constatamos a inserção da totalidade dos projetos, apenas 12 professores mencionaram que seus projetos encontravam-se no PPP da escola. **“Quanto à formação/ profissionalização”** é unânime os professores questionados, manifestarem o contentamento pela pesquisa nos diferentes materiais didáticos e por sempre buscarem respostas na teoria, fundamentando sua prática. A discussão sobre a gestão democrática da escola é ampla e necessária, pois podemos dizer que no nível da efetivação pode significar participação no envolvimento das várias instâncias da escola, no planejamento e nas decisões relativas à instituição, ou apenas significar representação, quando há órgãos colegiados na escola sem efetivo envolvimento ou poder de intervenção e decisão. Não podemos dispersar os interesses coletivos, voltando-se apenas à preocupação individualizada e isolada. Nesse sentido, a autonomia passa a ser conquistada a partir da criatividade e da competência em buscar novos caminhos e por meio da articulação com a comunidade, indo para além do instituído. Por fim, no caso do professor, há a necessidade de uma ruptura com o modelo hierárquico das relações pedagógicas “horizontais” para se “partilhar” novas ações e “saberes” (Saul e Saul, 2013, p. 112) que os leve à participação e à autonomia como “práxis”(ABDALLA, 2010), sob o olhar do processo democrático no cotidiano da sala de aula e da escola, por meio de concepções, práticas diversificadas e estratégicas, propostas e exemplos concretos, como os aqui descritos, estabelecendo uma cultura democrática na sala de aula à luz da autonomia dos sujeitos, nos processos de elaboração-desenvolvimento e avaliação de projetos.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maria de Fátima B. A construção do Projeto Político- Pedagógico e a formação permanente dos professores: possibilidades e desafios. In: VEIGA, Ilma Alencastro Passos

(Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2010, p. 153-173.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009 (pág. 122e 123).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso: 10 maio 2018.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Disponível em: < http://paraíso.etfto.gov.br/admin/upload/docs_upload/legisla01_constituicao.pdf. Acesso em 22/5/2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Aprendendo com as inovações nas escolas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SAUL, A.M. e SAUL, A. **O Saber/fazer docente no contexto do pensamento de Paulo Freire: contribuições para a Didática**, Cad. Pesq., São Luís, v. 24, n. 1, jan./abr. 2017.